

» CB.Agro | PAULO TEIXEIRA | MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

“Relação com agro é ótima”

E lembra que o presidente Lula destinou mais de R\$ 350 bilhões para o Plano Safra

» RAPHAEL PATI*

Apesar de parte do setor ter apoiado Jair Bolsonaro, nas eleições de 2022, na opinião do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, a relação do agronegócio com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é considerada “ótima”. Sobretudo porque o foram reservados R\$ 350 bilhões para o Plano Safra. Ele acredita, ainda, que a polêmica das questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — que a Frente Parlamentar da Agricultura na Câmara dos Deputados considerou ideológicas e afrontosas aos produtores — não será capaz de abalar esse relacionamento. A seguir, os principais pontos da entrevista ao CB.Agro, uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



(Lula) lançou também o Plano Safra do Agro, acho que foram R\$ 350 bilhões. É muito estímulo. E o ministro Fávoro desbloqueou 50 mercados para compra dos produtos brasileiros”

Pronaf

O presidente Lula lançou, em junho, o Plano Safra da Agricultura Familiar — R\$ 77,7 bilhões para o pequeno agricultor. Os juros (Selic), hoje, no Brasil, estão em 12,75% e o maior juro do plano é de 6%. Quem quiser comprar máquina no programa Mais Alimentos, tem dois anos de carência, 10 anos para pagar e juros de 5%. Quem quiser produzir alimentos, os juros são de 4%. Agroecologia, são 3% — é um juro negativo diante desses juros de mercado.

Quilombolas

Voltamos a demarcar áreas de quilombos e o presidente vai entregar uma série de decretos, agora, em novembro, que é o Mês da Consciência negra. Estamos fazendo junto com a ministra Anielle (Franco, da Igualdade Racial) e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária), esse reconhecimento de territórios. A Conab está fazendo uma compra cuja prioridade são essas comunidades. Você começa comprando de comunidades quilombolas, de indígenas, de extrativistas. Isso é muito importante por dois aspectos: primeiro, compra muitos produtos sem agrotóxicos; em segundo lugar, compra produtos da cultura alimentar do nosso povo.

Relação com o agro

É ótima. Ele (Lula) lançou também o Plano Safra do Agro, acho que foram R\$ 350 bilhões (foram R\$ 364,2 bilhões). Então, é muito estímulo. E o ministro (Carlos) Fávoro viajou e desbloqueou 50 mercados para a compra dos produtos brasileiros. Está

indo muito bem a relação com o agro e, ao mesmo tempo, o agro está feliz com o governo.

Questões do Enem

Quem elabora as perguntas não é o governo. São professores universitários, que não são conhecidos. O ministro não tem acesso às provas. Não é uma polêmica com o governo, que não tem a menor responsabilidade nesse fato e não vai atrapalhar a boa relação com os agricultores — sejam eles grandes, médios ou pequenos.

Reforma agrária

Lançamos um programa neste ano só de assentamentos, de 5,7 mil famílias assentadas, mais 1,5 mil créditos fundiários, que

são para comprarem terras para se assentar. Com isso, passamos (em número de assentamentos) o primeiro ano do governo Lula. E vamos regularizar 40 mil famílias. Acho que vamos chegar a 9 mil ou 10 mil neste ano. Um programa de reforma agrária é sempre necessário, porque o Brasil tem duas modalidades-padrão de propriedade: a grande e o minifúndio. E quem mora no minifúndio, um pai e uma mãe que tem quatro filhos, os filhos não conseguirão produzir naquele pedaço de terra tão pequeno. Eles são demandados para a reforma agrária.

Marco temporal

O Brasil tem uma Constituição que diz que quem, em última instância, fala sobre o direito é o Judiciário. Já declararam inconstitucional o Marco Temporal. Por isso, ao derrubarem os vetos presidenciais, vai acabar na Justiça novamente. O segredo da democracia é o equilíbrio entre os poderes, não podemos trabalhar um processo de tensão entre os poderes. Derrubar o veto (presidencial) vai adiar a retomada de uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade), desses aspectos já declarados inconstitucionais.

Orçamento 2024

A primeira coisa é que nós vamos ter um orçamento melhor que o de 2023. Em segundo, estamos no Congresso pedindo recursos para aumentar o nosso orçamento. O agricultor que conhece um deputado, pede para ele botar dinheiro no MDA (Ministério Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar). Pode pôr dinheiro no MDA e pode pôr, também, dinheiro no Incra, na Conab, na Anater, na Ceagesp e na Ceasa-MG.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Guerra em Gaza pôs o Brasil na rota do terrorismo

O antropólogo Darcy Ribeiro, criador da Universidade de Brasília (UnB), pouco antes de morrer nos deixou sua obra mais importante: *O povo brasileiro*, editada em 1995. Nesse ensaio histórico-antropológico, apostou na construção de uma civilização original: “tropical, mestiça e humanista”. Fugiu aos paradigmas eurocêntricos, que até a II Guerra Mundial legitimaram uma visão de que os povos de outros continentes seriam inferiores, exceto naqueles países de colonização anglo-saxã.

Obviamente, o Brasil era enquadrado na segunda categoria, visão que ainda sobrevive em parcela da elite brasileira. Para combater esse paradigma, Darcy valorizou o crioulo, o indígena, o caboclo, o vaqueiro, o matuto, o caipira e tantos mais tratados como gente de segunda classe. Contrapôs o patriciado colonial formado por donos de terra, traficantes de escravos, comerciantes, altos burocratas à massa de negros, mestiços ou brancos paupérrimos.

Esse brasileiro pobre e miscigenado, na obra de Darcy, passou a fazer parte da construção da identidade nacional. Durante 350 anos, o modelo escravagista havia impedido a formação de uma verdadeira nação. No final do século XIX, a chegada dos imigrantes europeus acentuou a marginalização dos negros, pardos e mulatos. Entretanto, o caldeirão étnico-cultural brasileiro acolheu a todos e produziu uma nova identidade, traduzida. Inventou-se o brasileiro tal como o conhecemos hoje.

O atraso do velho patriarcado colonial e das oligarquias, que se perpetuaram, não foi capaz de barrar a força do moderno, que acabou se impondo pelo alto, inclusive junto a eles, pela via conservadora. Ainda que as desigualdades e injustiças sociais continuem existindo, que os privilégios e o patrimonialismo não tenham sido erradicados, que a violência e a corrupção estejam sempre presentes, existe uma identidade nacional comum a todos os brasileiros. Isso faz com que as contradições e conflitos étnicos sejam mitigados no Brasil. Os descendentes de europeus, asiáticos e africanos traduziram sua cultura de maneira a se integrar ao espírito de brasilidade.

Esse fenômeno explica a convivência étnica e religiosa no Brasil. Entretanto, quando essas diferenças levam às guerras lá fora, as coisas aqui ficam tensas nas respectivas comunidades. Na entrada do Brasil na II Guerra ao lado dos Aliados, alemães, italianos e japoneses viveram momentos difíceis, foram perseguidos e, em alguns casos, até confinados em campos de concentração, por simpatizarem com o Eixo. Nas guerras dos Seis Dias (1967) e do Yom Kippur (1973), também houve tensões entre as comunidades árabes e judaicas, mas nada parecido com o que estamos presenciando agora.

A guerra em Gaza, provocada por um atentado terrorista do Hamas, se tornou uma carnificina sem precedentes na Palestina, o que acirra o antissemitismo latente e a islamofobia no Brasil, em detrimento da convivência étnica e tolerância religiosa que sempre existiu. Árabes e judeus sempre viveram em harmonia no Brasil, como acontece no Saara, no Rio de Janeiro.

Motivo de tensão

A notícia de que a Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, duas pessoas que teriam ligações com o Hezbollah, milícia xiita do Líbano financiada pelo Irã, de fato é preocupante. O grupo prega a destruição de Israel e estaria preparando atentados terroristas no Brasil, a exemplo do que aconteceu na Argentina, que tem a maior comunidade judaica da América do Sul, em 1994, quando 85 pessoas morreram no ataque ao prédio da Associação Mutual Israelita Argentina (Amia).

A PF informou que a Operação Trapiche tem o “objetivo de interromper atos preparatórios de terrorismo e obter provas de possível recrutamento de brasileiros para a prática de atos extremistas no país”. Em Israel, o Mossad, serviço secreto israelense, confirmou sua participação na investigação.

Os supostos terroristas teriam selecionado os alvos, incluindo sinagogas e prédios ligados à comunidade judaica no Brasil. Um deles seria a Embaixada de Israel, em Brasília.

Além dos dois presos no Brasil, a Justiça Federal expediu mandados de prisão para outros dois suspeitos que estão no Líbano — são brasileiros descendentes de libaneses. Além das duas prisões, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão expedidos pela Subseção Judiciária de Belo Horizonte, em Minas Gerais, São Paulo e no Distrito Federal.

» CB.Poder | RICARDO SALLES | DEPUTADO FEDERAL

Pré-candidato à Prefeitura paulistana, parlamentar conta com apoio do ex-presidente

“Sou do time de Bolsonaro”

» MARINA DANTAS*

Pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, o deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) conta com o apoio de Jair Bolsonaro para conquistar o comando do município a partir do ano que vem. E, para a disputa, assegura que explicitará para o eleitor paulistano que é o candidato do ex-presidente — algo que, segundo ele, o atual prefeito, Ricardo Nunes, não faz, embora queira os votos dos bolsonaristas. Na entrevista que concedeu ao CB.Poder, uma parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília, ele também acusou o Palácio do Planalto de ter cooptado integrantes da CPI do MST para que o colegiado não conseguisse aprovar o relatório final. A seguir os principais pontos da entrevista.

O senhor tem uma carta em que o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o libera para trocar de partido e ser pré-candidato a prefeito de São Paulo.

O compromisso do presidente Valdemar em me liberar é um compromisso natural. Ele decidiu que queria seguir no apoio ao atual prefeito (Ricardo Nunes).

Tem pelo menos quatro nomes se movimentando para prefeitura de São Paulo: o senhor, Tábata Amaral, Guilherme Boulos e Nunes.

Boulos e, em certa medida, a Tábata, representam uma determinada visão de mundo, mais voltada para intervenção do Estado e que eu acredito que, em São

Paulo, não vai dar certo. Estou do outro lado do espectro. O atual prefeito não está em nenhum dos dois caminhos, não tem uma proposta para dizer que é sua.

Sobre o apagão, que continua, qual foi a principal falha?

É uma composição de fatores, tirando a questão climática. Porém, mesmo para outras (chuvas) mais normais do que essas, a cidade não está preparada. As prefeituras, ao longo dos anos — não é culpa só do Ricardo Nunes, embora ele também não tenha feito nada —, não fizeram o enterramento dos fios e cabos. É um processo caro e demorado, mas tem que começar em algum momento.

O senhor vai dizer que é bolsonarista?

Ao contrário do atual prefeito, que quer o voto e apoio dos bolsonaristas, mas tem nojinho, tenho muito orgulho de ter sido ministro do Bolsonaro, ser deputado federal ligado ao time do Bolsonaro e continuar sendo um apoiador do ex-presidente. Bolsonaro foi um presidente que trouxe uma visão inovadora para o país.

Ele apoiará sua candidatura?

Claro, fui ministro dele.

O senhor espera apoio de Bolsonaro, Boulos terá apoio de Lula e Tábata, o de Geraldo Alckmin. Essa eleição não está nacionalizada?

Naturalmente, até porque se dá em razão das visões de mundo completamente diferentes. Para o bem ou para o mal, hoje, no Brasil, as pessoas têm posição. O

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Tenho muito orgulho de ter sido ministro do Bolsonaro, ser deputado federal ligado ao time do Bolsonaro e continuar sendo um apoiador do ex-presidente”

Brasil mudou e a política tinha que mudar também.

A CPI do MST, da qual o senhor foi o relator, terminou sem relatório aprovado. O que houve?

O governo comprou o apoio, tirou os votos que a gente precisava para apoiar o relatório e, consequentemente, prevaleceu aquela ‘acochambração’ de posições. O relatório não ficou menos robusto, menos forte ou menos substantivo porque não foi votado. Não foi votado porque houve um arranjo político do governo por meio de cargos, verbas e cooptação.

Em relação ao Marco Temporal, o senhor

acha que o veto (do presidente Lula) deve ser derrubado?

Certamente. Há um consenso de que a legislação decidida pelo Congresso deve prevalecer. Você pode concordar ou não com as decisões ali tomadas, mas, ali, com algumas dissonâncias, há uma representação de toda a sociedade. O Judiciário não tem voto, não pode administrar, está lá para aplicar as leis que o Legislativo decide. O Marco Temporal é um caso típico disso.

***Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi**

A GUERRA EM GAZA ACIRRA O ANTISSEMITISMO E A ISLAMOFOBIA, EM DETRIMENTO DA CONVIVÊNCIA ÉTNICA E TOLERÂNCIA RELIGIOSA ENTRE ÁRABES E JUDEUS NO BRASIL